

VI Sessão Parlamentar “Assembleia na Escola”

Agora e sempre, juventude está presente

Repórter: *Nádia Cristiana Pires Afonso*
Com a colaboração de *Margarida Carmona e Lima,*
Rita Morais, Joana Moreira e Heloísa Nunes

Múltiplas são as participações dos alunos da Escola Secundária Abade de Baçal em diversos projectos, já há vários anos, nomeadamente no campo político-social. Neste contexto, um grupo de “estudantes-abade-deputados” integrou, pela sexta vez consecutiva, o projecto “A Escola e a Assembleia” (“Assembleia na Escola”, Sessão Parlamentar destinada a alunos do Ensino Secundário), cujo tema deste ano foi a Língua Portuguesa. Este projecto da Assembleia da República, desenvolvido com o apoio do Ministério da Educação, é uma iniciativa que visa a educação para a cidadania, a divulgação da prática democrática, bem como dos valores e da importância fundamental da democracia. Envolveu 114 estudantes de 41 escolas do Continente, Regiões Autónomas e Macau, sendo notório o crescimento da adesão relativamente aos anos anteriores.



Reunião preparatória na Escola Camilo Castelo Branco em Vila Real.

O projecto decorreu ao longo dos três períodos do presente ano lectivo, em quatro fases sucessivas. Respeitando rigorosamente o calendário, compreendeu, numa primeira fase, a inscrição das escolas, até 14 de Outubro, uma reunião a 25 de Outubro, na Assembleia da República, para informação dos professores responsáveis, a discussão do tema nas escolas, a apresentação de trabalhos (um Projecto de Recomendação à Assembleia da República, resultante da reflexão efectuada) às Direcções Regionais de Educação, até 9 de Dezembro, e a elaboração de uma pergunta a apresentar aos Deputados dos Grupos Parlamentares no PAOD - Período Antes da Ordem do Dia - da Sessão Plenária). As DRE acompanharam o projecto através de Coordenadores, sendo a sua coordenação geral da responsabilidade da Equipa de Projecto da Assembleia da República, “segundo as orientações definidas pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura” e desenvolvendo-se segundo um protocolo estabelecido entre a Assembleia da República e o Ministério da Educação. Enviados os documentos às respectivas DRE e com base na apreciação do Júri (constituído pelos Presidente e Vice-Presidente da CECC e pela Coordenadora da Equipa de Projecto), foi determinado o número de “deputados” que cada escola elegeria para participar na VI

Sessão Parlamentar, no Palácio de São Bento. As eleições nas escolas (16 de Fevereiro), o envio da acta da eleição à AR (até 17 de Fevereiro) e dos documentos eleitorais (23 de Fevereiro) constituíram a segunda fase. Na terceira fase, foram efectuadas as reuniões preparatórias (de 6 a 24 de Março e de 18 a 21 de Abril) pelos diferentes círculos eleitorais, sob a orientação da Coordenadora da Equipa de Projecto, Dra. Maria José Silva Santos, e da criadora do projecto, Dra. Julieta Sampaio, ex-deputada do PS, actualmente Consultora da CECC para o Projecto, contando também com a presença de Deputados da AR e de representantes das DRE e dos CAE. Este trabalho iria constituir uma preparação para participar na quarta e última fase do projecto – a VI Sessão Parlamentar “Assembleia na Escola”, a 8 de Maio. O desenvolvimento do projecto foi, desde sempre, acompanhado pelo “Outra Presença”.



Ao centro, Rita Morais, deputada da Esab na Assembleia da República

Assim sendo, tal como o Ministro dos Assuntos Parlamentares mencionou na VI Sessão Parlamentar, mais do que “Assembleia na Escola” este projecto é, na realidade, a escola na Assembleia.

“Minha Pátria é a Língua Portuguesa” – Num país, à beira mar plantado, em que o valor e o amor à Língua se vão afastando no horizonte, vê-se emergir uma nau de esperança, onde a juventude, cada vez mais, ajuda a controlar o leme. Desta vez, a rota foi sendo traçada ao longo de sessões de trabalho, progressivamente mais exigentes. Nessa nau, que é então Portugal, navegam dezoito círculos eleitorais de “deputado-marinheiros” dos Açores, Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Faro, “Fora da Europa” (Macau), Guarda, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, que, através de um consenso democrático de soluções/medidas/propostas, ambicionam ir buscar a Língua Portuguesa ao horizonte do esquecimento em que tem vindo a ser



Fotos desta página: José Alberto Alves

Apontamentos

2.ª e 3.ª Fases do Parlamento dos Jovens Eleições e Reuniões Preparatórias

Tendo em conta os pareceres das Direcções Regionais de Educação e outros factores, o Júri, constituído pelos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputados António José Seguro e Sérgio Vieira, respectivamente, e pela Coordenadora da Equipa de Projecto, Maria José Silva Santos, na presença da Consultora da Comissão para o Projecto, Julieta Sampaio, deliberou, em reuniões de 20 de Janeiro (VI Sessão) e 7 de Fevereiro (XII Sessão) sobre as questões de organização das duas sessões do Parlamento dos Jovens.

Assim, a Escola Secundária Abade de Baçal, tendo sido seleccionada para passar à 2.ª fase do projecto, realizou eleições e participou nas reuniões preparatórias.

XII Sessão Parlamentar “A Escola e a Assembleia” (2.ª e 3.ª Ciclos)

O círculo eleitoral de Bragança, constituído pelas ES/3 Abade de Baçal e EB 2,3 de Vinhais, elegeu 4 deputados, 2 por cada escola.

As eleições na nossa escola realizaram-se a 23 de Fevereiro, de acordo com o calendário. Foram expressos 170 votos, dos quais um nulo, obtendo a lista candidata 169 votos. A Maria Inês Fernandes Bento e a Carina Sofia Miranda Esteves foram eleitas deputadas efectivas; o João Domingos Afonso Anes e o Rui Miguel Cidre Moreno Miranda foram eleitos deputados suplentes. Todos estiveram presentes na reunião preparatória realizada pelas 10 horas do dia 16 de Março, na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Real, onde as duas escolas do círculo apresentaram os seus projectos, participando, em seguida, no aceso debate que conduziria à adopção de um único projecto a apresentar pelo círculo eleitoral na XII Sessão Parlamentar, a 29 de Maio, na Assembleia da República.

VI Sessão Parlamentar “Assembleia na Escola” (Secundário):

O círculo eleitoral de Bragança, constituído pelas ES Abade de Baçal e Miguel Torga, elegeu 6 deputados, 3 por cada escola.

Embora as eleições estivessem previstas para 16 de Fevereiro, na nossa escola realizaram-se a 15 de Fevereiro, com autorização da DREN, por se prever uma greve dos alunos para o dia seguinte. Foram expressos 80 votos, dos quais 2 brancos e um nulo, tendo a lista candidata obtido 77 votos. A Margarida Gil de Figueiredo Carmona e Lima, a Rita Carvalho Morais e a Cristiana Isabel Fernandes Pires Afonso foram eleitas deputadas efectivas, tendo participado na reunião preparatória realizada no dia 16 de Março, pelas 14H30, na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, em Vila Real, onde apresentaram o nosso projecto e participaram no debate com a Escola Secundária Miguel Torga, com vista à aprovação de um único projecto a apresentar pelo círculo eleitoral de Bragança na VI Sessão Parlamentar, a 8 de Maio, tendo a Rita Morais sido eleita Porta-Voz do círculo e uma aluna da Escola Miguel Torga Vice-Presidente da Mesa da Sessão a realizar na Assembleia da República. A Joana Manuel de Sousa Barroca Moreira, a Nádia Cristiana Pires Afonso e a Heloísa Patrícia Gonçalves Nunes foram eleitas deputadas suplentes, mas não puderam estar presentes na reunião preparatória, que contou com a presença da Coordenadora da Equipa de Projecto, da Consultora, do Deputado Abel Lima Baptista do CDS-PP e de representantes da DREN e do CAE de Bragança.

deixada. Assim, confiando em Fernando Pessoa e na sua mensagem de que Portugal ainda tem muito para dar, o círculo de Bragança, em união com os restantes círculos distritais, ajudou a construir um “círculo” máximo de harmonia entre a Pátria e a Língua, que só é possível se a luta pela preservação desta última for mantida.

Seguindo, então, a rota traçada e referindo-nos apenas ao Círculo de Bragança, das eleições nas escolas foram eleitas, como “deputadas” efectivas, as alunas Margarida Carmona, Rita Morais e Cristiana Afonso. A Cristiana não pôde participar na última fase do projecto, por impedimento de última hora, sendo substituída pela Heloísa Nunes. No entanto, é de salientar a sua indispensável participação e contributo ao longo do projecto. Como suplentes, foram eleitas as “deputadas” Nádía Afonso, Joana Moreira e Heloísa Nunes, da Escola Secundária Abade de Baçal, tendo a imprescindível e preciosa orientação e apoio da Dra. Olinda Oliveira, à qual deixamos, desde já e publicamente, o nosso sincero agradecimento pela dedicação ao longo destes anos. Obrigada! Relativamente à Escola Secundária Miguel Torga, foram eleitas, como efectivas as alunas Carla Prada, Sofia Queiroga e Tânia Fernandes e, como suplentes, Marta Afonso, Vanessa Afonso e Inês Luís, orientadas pelas professoras Cecília Falcão e Ana Paula Andrade. Ultrapassado este passo, o porto seguinte foi Vila Real, onde, na reunião preparatória, as “deputadas” (curiosamente apenas raparigas!) trabalharam, através de propostas e votações, os projectos das duas escolas, para criar um texto único de Recomendação à Assembleia da República representante do Círculo de Bragança, tal como a eleição da pergunta que iria ser feita ao Grupo Parlamentar do PP.

O dia 8 de Maio foi marcado por efusivas discussões e reflexões no debate democrático de opiniões durante a tão esperada Sessão Parlamentar. Nesta, todos os Círculos das várias regiões do país foram organizados



em quatro Comissões. Bragança ficou integrada na se-

gunda e na terceira, devendo a sua moção ser debatida na terceira, juntamente com as moções dos Círculos de Faro, Portalegre, Setúbal e Viana do Castelo, estando ainda representados os Círculos dos Açores, Aveiro, Madeira, Porto. Na segunda Comissão, Bragança estava representada, juntamente com Lisboa, Madeira e Porto, com o objectivo de contribuir para a elaboração de um melhor projecto daquela Comissão, estando em discussão as moções de Braga, Castelo Branco, Leiria e Viseu. Para orientar os trabalhos e moderar o debate, estavam distribuídos, por cada comissão dois Deputados Parlamentares ou um Deputado e o seu Assessor. A primeira Comissão teve como orientadores Maria Júlia Caré (PS) e Alda Macedo (BE), a segunda Zita Seabra (PSD), a terceira Luís Fagundes Duarte, e, por fim, a quarta João Rebelo (CDS-PP) e Ribeiro Cristóvão (PSD).

As reuniões das diferentes Comissões tiveram lugar na parte da manhã, decorrendo as das três primeiras nas salas das Comissões do Parlamento, enquanto que a da quarta Comissão decorreu na sala do Senado, sendo que esta última, juntamente com a da primeira, foram transmitidas em directo no canal ARTV. Em cada reunião, os Deputados Parlamentares orientadores procederam imediatamente à análise dos quatro projectos presentes, à medida que iam relevando os aspectos mais importantes de cada um. Seguiu-se uma segunda apresentação, desta vez por parte dos Porta-Vozes de cada Círculo, que tentaram, assim, argumentar o melhor possível, procurando convencer os restantes em relação à pertinência das suas propostas. Após um período de esclarecimento de dúvidas relativamente às propostas, efectuou-se a votação das mesmas, sendo necessário frisar que o bom desempenho de Bragança se traduziu na eleição da sua moção com maioria absoluta para projecto-base. A partir deste, foi elaborado o projecto final, resultante da discussão e votação de propostas de aditamento, eliminação ou alteração de redacção. Seguidamente, após a eleição de um Relator representante da Comissão, este reuniu-se com os porta-vozes de cada Círculo que fez propostas, para elaborar um texto coerente e gramaticalmente correcto que integrasse as alterações feitas ao projecto. Os Relatores eleitos em cada Comissão, orientados pelos Deputados Luís Fagundes Duarte (PS), Maria Júlia Caré (PS), Ribeiro Cristóvão (PSD) e Alda Macedo (BE) constituíram a Comissão de Redacção que procedeu à selecção das medidas mais oportunas do projecto final de cada Comissão para elaborar um projecto final de Recomendação à Assembleia

VI Sessão Círculo de Bragança

Projecto de Recomendação à Assembleia da República “Língua Portuguesa”

Os deputados eleitos no círculo de Bragança recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:

1. Garantir o efectivo investimento no ensino da Língua Portuguesa no estrangeiro, através de cursos e protocolos, como disciplina integrada no seu sistema escolar, bem como uma maior presença nos países da CPLP;
2. Criar um Observatório da Língua, organismo de acompanhamento sob a tutela da Presidência do Conselho de Ministros, que promova acções concretas junto das escolas, nomeadamente: realização de Olimpíadas de língua e literatura portuguesas, criação de ateliers de escrita e de oratória - que podem ser dinamizados por escritores e actores locais - através de protocolos com as autarquias; incentivos à publicação de jornais escolares, edição de trabalhos literários produzidos pelos alunos; ampliação e equipamento das bibliotecas escolares, com possibilidade de intercâmbios locais; divulgação de escritores nacionais através de exposições itinerantes, concursos literários, programas televisivos e radiofónicos; bolsas e prémios para jovens jornalistas e escritores; divulgação de roteiros para visitas de estudo alusivos à vida de escritores, etc.;
3. Incentivar a produção e difusão de música, cinema, teatro e literatura em português, a nível nacional e internacional, enquanto instrumento de promoção cultural e linguística;
4. Criar um «guião de utente da língua» nos serviços públicos, que não se limite a ser um prontuário de Português mas contenha documentos burocráticos como requerimentos, cartas de reclamação, formulários, ingressos e outros de carácter funcional. Os serviços públicos devem dispor deste elucidário e facultá-lo ao utente, inclusive através da Internet;
5. Assegurar que a produção científica, cultural e política se faça em língua portuguesa: os trabalhos académicos, didácticos e científicos publicados em instituições portuguesas, bem como os discursos oficiais e as comunicações em encontros científicos devem ser feitos e publicados em Língua Portuguesa ou, tratando-se de original de outra língua, apresentar obrigatoriamente tradução em língua portuguesa.
6. Criar a Alta Autoridade para a Língua Portuguesa, como entidade orientadora do bom uso da língua, que emita recomendações e pareceres, nos seguintes domínios:
 - a) meios de comunicação social;
 - b) administração pública;
 - c) artes e espectáculos em geral;
 - d) actividade comercial e turismo;
 - e) informática e telecomunicações;
 - f) actividade desportiva.

(Aprovado na Reunião Preparatória realizada a 16 de Março de 2006)



da República, que iria ser trabalhado no Período da Ordem do Dia (POD), na Sessão Plenária.

Para descomprimir (e não só... pois o trabalho desgasta!) foi oferecido pela Assembleia da República um fantástico almoço, envolvido por um clima de convívio, de boa disposição e de trocas de elogios e congratulações entre os membros dos diversos Círculos... do qual não podemos deixar de lembrar o fabuloso leite-creme, o delicioso bacalhau com natas, o saudável sumo de laranja e a tentadora mousse de chocolate!!!!!!!

Neste intervalo foi concedida, aos interessados, a oportunidade de realizar uma visita guiada à Sala de Sessões da Assembleia da República, Salão Nobre e Biblioteca.

Por volta das 15h, com marcantes discursos de circunstância, a abertura solene da Sessão deu-se pela voz do Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Telmo Correia, com a presença do Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, do Senhor Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, da Presidente da Sessão anterior, Soraia Silva e da Coordenadora do Projecto. Os oradores debruçaram-se essencialmente sobre a importância da Língua Portuguesa e desta iniciativa na prática da democracia, sensibilizando os estudantes presentes para o seu papel preponderante pela luta de ambas.

Após este período de discursos, tomou posse a Mesa da "Assembleia na Escola", tendo este ano como Presidente Tobias Berardo, Vice-Presidente Sofia Queiroga (de Bragança), Primeira Secretária Mafalda de Oliveira Paulo e como Segunda Secretária Ana Filipa Magalhães.

No Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), foram apresentadas as perguntas de tema livre aos Deputados em representação dos Grupos Parlamentares, António Filipe (PCP), Heloisa Apolónia (PEV), Zita Seabra (PSD), Luís Fagundes Duarte (PS) e Alda Macedo (BE). As perguntas inclinaram-se especialmente para temas bastante actuais, como a distribuição do Orçamento de Estado, a Educação em Portugal, entre outros. A pergunta de Bragança foi apresentada à Deputada Zita Seabra, já que o Deputado do PP previsto não pôde estar presente. No Período da Ordem do Dia (POD), de onde sairia a Recomendação final que seria apresentada à Assembleia da República, não havia grandes possibilidades de discussão, sendo que a proposta elaborada pela Comissão de Redacção apenas poderia sofrer alterações a nível da inclusão de pontos de outras propostas ou exclusão de pontos da mesma, conseguindo-se uma Recomendação final global bastante completa e consensual, incluindo os pontos fulcrais de todas as propostas.

O encerramento da Sessão foi da responsabilidade do Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, Deputado António José Seguro. Este concedeu prontamente aos "jornalistas" trinta minutos numa conferência de imprensa, revelando-se seguidamente algumas das perguntas efectuadas e respecti-

vas respostas:

Pergunta – Acha que a nossa democracia caminha no bom sentido ou acha que ainda há aspectos a mudar?

Há muitos aspectos a mudar porque nalguns casos, a nossa democracia ainda tem hábitos muito pouco democráticos porque as pessoas confundem democracia com a existência de liberdade de expressão e com a existência de eleições competitivas entre partidos. Ora a democracia é muito mais do que isso, quer dizer, sem isso não há democracia, mas só existe democracia se houver um processo democrático mas também homens e mulheres democráticos, caso contrário haverá abusos de poder, se não houver um

estado democrático e um bom estado de direito é muito difícil. Não pode haver democracia se não houver justiça e esta é só administrá-la de forma correcta, mas também decidir em tempo útil para quem necessita que haja administração dessa justiça. E neste ponto de vista é preciso fazer um grande esforço, em primeiro lugar na educação: só é possível formar cidadãos democráticos investindo fortemente na educação. E esta é uma das grandes faltas dos anos de vivência da nossa democracia. Em 2º lugar é preciso ter noção que a democracia não é uma varinha mágica capaz de resolver os problemas. As pessoas ligam democracia à existência de problemas. Ora isso não é verdade. Democracia é um processo em que as pessoas

podem dizer o que pensam, votar, de se candidatarem (todas as pessoas com mais de 18 anos, a não ser para a presidência da república, à qual só se podem candidatar os cidadãos com mais de 35 anos) e as pessoas precisam de perceber que tudo isto é feito por homens e mulheres, e que naturalmente não se podem resolver os problemas de um dia para o outro. Esta é outra dificuldade: explicar as pessoas como funciona o nosso sistema de governo, para que percebam que problemas existem no mundo, no nosso país e de que modo eles podem ou não ser resolvidos.

P: Qual a sua opinião sobre este projecto?

R: É necessário informar sobre o trabalho que os representantes do povo, ou seja os deputados, desenvolvem na A.R. Muitas das vezes o trabalho mais divulgado é aquele que se passa no plenário e onde os deputados trabalham mais; aqueles que verdadeiramente trabalham é nas comissões, é nos contactos com o eleitorado e é na preparação de projectos de lei, de requerimentos ou em actividades. Em 2.º lugar, e talvez seja o mais importante é criar o bichinho da cidadania e da participação. Há duas maneiras de nós vivermos: é só nos interessarmos com os nossos problemas pessoais e profissionais e o outro é preocuparmo-nos com a vida da comunidade, é sermos cidadãos comprometidos, empenhados, disponíveis para assumirmos responsabilidades. É neste ponto de vista que encontrei razões que fazem com que eu pense muito bem deste projecto, alias as informações que eu tenho, quer das sessões preparatórias, quer desta sessão final, que tem mais visibilidade sobretudo no plano nacional, demonstram que as pessoas, neste caso os deputados que o são por um dia, ficam com boas recordações e consideram esta tarefa muito gratificante. É neste sentido que vamos continuar com este projecto; estamos a dinamizá-lo e como já devem saber, a partir do próximo ano, em vez de existirem este projecto e o jogo do hemiciclo, que era promovido pelo IPJ, vai passar a existir um único projecto que se chamará Parlamento dos Jovens. Vai deixar de se chamar Assembleia na escola para se passar a chamar Parlamento dos Jovens. É uma resolução que vai ser aprovada, se tudo, se tudo correr bem, na A.R esta quinta-feira.



Recomendação à Assembleia da República

Os deputados à VI Sessão Parlamentar "Assembleia na Escola" recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:

1. Reforçar as condições que facilitam a integração dos imigrantes no nosso sistema de ensino, proporcionando-lhes, através de currículos próprios, um eficaz acompanhamento ao longo da aprendizagem da língua, nomeadamente, a atribuição de uma correcta, adequada e realista equivalência ao nosso sistema educativo, e aprofundar programas adequados de cooperação, acordos e parcerias, de objectivos bem definidos adaptados a cada região ou país;
2. Intervenção do Estado na diminuição do imposto sobre bens culturais, em virtude da importância da cultura para a preservação e divulgação da Língua Portuguesa, e apoio à promoção comercial dos mesmos;
3. Constituição de acordos entre Portugal e países onde se inserem comunidades portuguesas para reforçar a divulgação do ensino da Língua Portuguesa; generalização de uma rede de escolas de Língua Portuguesa em países estrangeiros onde haja comunidades portuguesas, através da criação de um instituto responsável pelo ensino do Português em Portugal e no Mundo, ao nível do pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Propõe-se que este instituto seja designado por Instituto "Sophia", em homenagem a grande autora portuguesa Sophia de Mello Breyner e à literatura portuguesa contemporânea;
4. Promover e assegurar, progressivamente, a presença da Língua Gestual Portuguesa na totalidade das transmissões televisivas nacionais, assegurando deste modo, não só a igualdade de aquisição de informação, conhecimento, conteúdo lúdico e/ou diverso entre os indivíduos que não dispõem da plenitude das suas capacidades auditivas e o resto da população, como também a difusão de um património riquíssimo e único, que esta mesma língua constitui. Deve, igualmente, ser assegurada a dobragem para Português padrão da programação infanto-juvenil;
5. Intervir activamente, em conjunto com os restantes países que constituem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), junto da Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de esta adoptar o Português como idioma oficial (a par do árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo), reconhecendo quer a sua enorme expressão em número de falantes, quer a sua importância sociocultural e geo-política em várias nações de todos os continentes;
6. Intensificar a expansão da língua nacional no estrangeiro, através de feiras do livro, exposições, intercâmbios escolares, apoio à projecção do mundo musical e cinematográfico e aprofundamento da transmissão de programas televisivos em todo o mundo;
7. Melhorar as condições para que todas as instituições de ensino, desde o pré-escolar ao ensino secundário, tenham bibliotecas ligadas em rede, quer entre si, quer às bibliotecas municipais e até nacionais – rede de bibliotecas – como forma de todos os utilizadores poderem aceder ao acervo documental de cada uma delas;
8. Recomenda-se que as acções do Instituto Camões se intensifiquem nos PALOP e que o governo Português, no quadro dos acordos de cooperação e financiamento com esses países, faça a pressão necessária para que uma parte dos referidos financiamentos seja, obrigatoriamente, investida na promoção da Língua Portuguesa, nomeadamente através de parcerias com a UNESCO e RTP Internacional;
9. Promover iniciativas, tais como Olimpíadas do Português, grupos de teatro e poesia, concursos literários, de reportagem, de investigação, de páginas da net, feiras do livro, etc., organizadas pelos estudantes com o apoio da comunidade escolar;
10. Acompanhar e estudar as consequências das mutações que estão a ocorrer no domínio linguístico em resultado da utilização crescente, sobretudo pelos jovens, de mensagens (telemóvel, teletexto e internet);
11. Criar livrarias portuguesas no estrangeiro, pelo Estado (Ministério dos Negócios Estrangeiros), colocando em articulação as embaixadas portuguesas com entidades locais (empresas, câmaras; editores; livrarias), à semelhança da Livraria Britânica, da Livraria Buchholz, entre outras;
12. De modo a promover a divulgação da nossa língua e da nossa história, a nível nacional e internacional, devia financiar-se a adaptação de obras literárias ou de retrato de momentos ou figuras relevantes no âmbito da cultura portuguesa e das artes mediáticas, através da abertura de concursos públicos e regulamentação específica criados exclusivamente para o efeito;
13. Financiar projectos de tradução de obras de referência, de teor técnico ou ficcional, por parte de entidades públicas ou privadas (Universidades; Fundações; Empresas; Instituições culturais; entre outras), através da abertura de concursos públicos exclusivamente criados para o efeito;
14. No âmbito da defesa da Língua Portuguesa nos suportes informáticos, implementar um tipo de ortografia de compreensão universal, de modo a garantir a integridade da Língua Portuguesa, tomando-a legível em qualquer sistema virtual do mundo, sem depender das definições dos sistemas operativos, à semelhança do que já sucede com outras línguas;
15. Criar um Observatório da Língua, organismo de acompanhamento sob a tutela da Presidência do Conselho de Ministros, que promova acções concretas junto das escolas, nomeadamente: criação de ateliers de escrita e de oratória – que

Jogos de Poder

P: Assentando a reforma do programa do Português B numa estrutura antagónica ao que aqui hoje está a ser definido, ou seja, o amor e o gosto pela Língua Portuguesa, não acha que a Assembleia devia ter um papel mais activo e preponderante nas reformas curriculares?

R: Cada grupo parlamentar tem o seu próprio olhar sobre as questões. É por isso que este parlamento é um espaço plural, de debate, onde cada um tem a sua opinião e instrumentos ao seu dispor para criticar, elogiar, requerer mais informações, pedir esclarecimentos ao Governo, ou oralmente ou por escrito. Portanto esses assuntos são debatidos. Alias, a comissão Parlamentar da educação ciência e cultura, a que eu presido, tem como prioridade a valorização da língua portuguesa. Alias, este tema não foi escolhido ao acaso. Tratou-se da primeira oportunidade para a comissão decidir o tema porque o do ano passado já vinha da anterior legislatura. Há 15

dias, foi analisada na nossa comissão uma petição que visava o ensino do português e o programa do português. Essa foi discutida, houve opiniões contrárias e neste momento se não obtivermos mais de 4000 mil assinaturas está arquivada, caso contrário irá para plenário ser discutida. Mas quero-lhe dizer que não há uma única opinião sobre esse assunto.

De facto, a luta pela preservação e promoção da Língua Portuguesa é um projecto de complexidade evidente. Porém, "tudo vale a pena se a alma não é pequena", e, como tal, é exactamente na juventude de hoje que reside o futuro.

Esta iniciativa proporcionou a todos os participantes um contacto directo com o funcionamento do Parlamento, contribuindo, assim, para uma maior compreensão sobre a importância da acção das instituições democráticas.

Independentemente das simpatias partidárias de cada um, é necessário e unânime o reconhecimento do papel



Reunião da terceira comissão (Bragança) - intervenção da deputada da

podem ser dinamizados por escritores e actores locais – através de protocolos com as autarquias; incentivos à publicação de jornais escolares, edição de trabalhos literários produzidos pelos alunos; bolsas e prémios para jovens jornalistas e escritores; divulgação de roteiros para visitas de estudo alusivas à vida de escritores, etc.;

16. Fomentar o ensino do Português junto dos países lusófonos e junto aos focos de emigração de portugueses, organizando actividades de intercâmbio e contacto mútuo entre escritores de vários países de Língua Portuguesa, com criação de Casas Portuguesas e Lusófonas nos países com representação diplomática portuguesa, existindo obrigatoriamente nas mesmas professores licenciados em Língua Portuguesa;

17. Responsabilizar os meios de comunicação social pela difusão da Língua Portuguesa, através da apresentação de filmes, música e livros portugueses, recorrendo a uma "taxa de lusofonia"; criar programas de animação infantil em Português, legendados, acerca da História e lendas do povo português ou dos países da CPLP; aumentar o número de programas culturais e de entretenimento, aproveitando o contributo de figuras públicas, dando particular atenção à programação da RTP internacional; incentivar iniciativas como o "Google Books" em Português, em cooperação com entidades estrangeiras;

18. Incentivar a produção escrita e a sua dinamização através de oficinas de leitura em todas as escolas, a implementação de um suplemento sobre as escolas nos jornais regionais e a utilização de textos dos alunos nos livros escolares do ensino básico;

19. Reforçar, a nível nacional, um Plano de "Leitura Extensiva Orientada" (LEO) a partir do 1.º Ciclo do Ensino Básico, uma vez por semana, num módulo de 90 minutos e incentivar as representações teatrais nas Escolas das obras estudadas.

20. Divulgação da Língua Portuguesa por todo o mundo, nomeadamente através dos Meios de Comunicação Social e Internet, criando cursos de Português virtual, com acesso a materiais de apoio como dicionários e glossários, para lusófonos e estrangeiros abrangendo várias faixas etárias uma vez que são os canais privilegiados para transmitir conteúdos em Português, de carácter universalista. Assim, acredita-se que todos os países que falam a Língua Portuguesa deverão ser actores interventivos e dar a conhecer a sua cultura e os seus costumes.

Documento disponível em <http://www.parlamento.pt>



Jogos de Poder

JOVENS DEBATEM A EDUCAÇÃO E CIDADANIA PARA A SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA XII SESSÃO PARLAMENTAR “A ESCOLA A ASSEMBLEIA”

E

João Anes (Repórter do “Outra Presença”)

No dia 28 de Maio, o “grupo parlamentar” de Bragança deslocou-se a Lisboa, para se juntar a todos os outros “grupos parlamentares” e concretizar a quarta fase do projecto “A Escola e a Assembleia”, promovido pela Assembleia da República, em cooperação com o Ministério da Educação, tomando parte na XII Sessão Parlamentar.

Nós, o grupo da nossa escola, constituído por Maria Inês Bento (“deputada” Porta-Voz), Carina Esteves (“deputada”) e João Anes (Jornalista), juntamente com a Prof. Lurdes Bento, saímos para a capital, às catorze horas do dia 28, domingo, de autocarro. Chegamos por volta das nove e meia da noite à gare intermodal de Sete Rios, apanhámos um táxi que nos levaria à nossa hospedaria, gerida por religiosas católicas: a Casa de Santa Zita, onde fomos bem recebidos e acomodados.

Depois de uma boa e larga noite, mal dormida (culpa da ansiedade), dirigimo-nos pelas ruas de Lisboa rumo ao palácio de São Bento, onde fomos gentilmente recebidos.

Dentro das paredes do antigo palácio, ocorreria a XII Sessão do projecto “A Escola e a Assembleia”, no qual participaram alunos dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico de escolas do continente, uma dos Açores, outra da Madeira e até uma de Macau.

Enfim, chegados à Assembleia, fomos separados em acompanhantes e “deputados”, e foi oferecido a cada participante um saco dentro do qual se encontravam alguns objectos simpaticamente oferecidos pela organização do evento: blocos de notas (utilizados por todos os jornalistas), canetas, pins, documentação e outros.

Depois disso, os diferentes “grupos parlamentares” foram para as suas respectivas salas onde decorreriam as Reuniões das Comissões. O grupo de Bragança, constituído por três elementos da Escola Secundária/3 Abade de Baçal e três da EB2/3 de Vinhais, foi integrado na 3ª Comissão. Fomos dirigidos pelo Senhor Miguel Moreno para a respectiva sala, onde nos reuniríamos com os colegas com quem debateríamos os projectos aprovados nas Reuniões Preparatórias; os de Portalegre e os dos Açores, contando com a presença das Senhoras Deputadas Helena Pinto e Maria Júlia Caré e ainda com alguns colegas de outros círculos eleitorais, nomeadamente de Lisboa, Faro e Aveiro.

A reunião da Comissão tinha como objectivo produzir artigos para integrarem a Recomendação final, e estava dividida em 3 partes - A fase de esclarecimento, a votação para eleger o projecto base e o debate na especialidade. As duas primeiras decorreram rapidamente, com alguns pedidos de esclarecimento, e o projecto votado, aliás por unanimidade, foi o de Portalegre, que veio a constituir o projecto base, depois de quase duas horas e meia de debate, com intervenções várias, vindas de todos os grupos



de “deputados”. No fim da reunião, foi lido o projecto resultante, constituído por 7 medidas, e foi eleito Relator o “deputado” Porta-Voz de Portalegre, por um voto de diferença relativamente ao segundo mais votado. Embora certos “deputados” tenham dito alguns absurdos, na maior parte das vezes foram ditas coisas que poderiam muito bem ter sido consideradas numa verdadeira Sessão da Assembleia da República, o que significa que os adolescentes também sabem pensar.

Terminada a reunião da Comissão, fomos almoçar. A refeição decorreu no claustro do palácio, onde foi servido peixe e batatas fritas e carne à Alentejana, acompanhados de coca-cola, que, embora quente, era digerível. Para satisfação de todos (já que não havia pizza) havia bastantes sobremesas à disposição: morangos, gelatinas, laranjas descascadas e outras bem apetitosas.

Até à continuação dos trabalhos, 2 horas depois, aproveitámos para conversar, explorar o palácio, ler a documentação, prepararmo-nos para a Sessão Plenária, ir ao café ou, simplesmente, sentarmo-nos e descansar, coisa que muita gente fez; porque isto de ser parlamentar cansa...

Terminado o período de descanso, começou a Sessão Plenária,

na Sala do Senado. Aí, a Sessão foi aberta por sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, acompanhado na Mesa pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares, O Secretário de Estado da Administração Interna e o Presidente da Sessão do ano anterior. Após a abertura solene, começou o Período Antes da Ordem do Dia, PAOD, em que a Mesa foi substituída por vários “deputados”, vindos de certas escolas. No PAOD, foram feitas diversas perguntas (uma por escola) aos deputados presentes (Rosalina Martins, do PS; Fernando Santos Pereira, PSD; Miguel Tiago, PCP; Nuno Magalhães, CDS-PP; Helena Pinto, BE e Francisco Madeira Lopes, dos Verdes. Algumas dessas perguntas foram “Medidas tomadas para os casos de fogo posto”, “Quais as medidas tomadas para combate da poluição das praias”; “O que faz o Estado para proteger as

crianças maltratadas” e, a nossa, “Porquê a diferença de desenvolvimento entre o interior e o litoral”. Enquanto a sessão decorria, os jornalistas foram convidados a assistir a uma conferência de imprensa, dada pelo Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, o deputado do PS, António José Seguro, onde foram colocadas diversas perguntas de tema livre, como o futuro económico de Portugal, a dependência energética portuguesa, o abandono escolar e outros da maior importância e actualidade.

Entretanto, a Reunião Plenária continuava, sendo os verdadeiros Deputados literalmente “bombardeados” com diversos tipos de perguntas. Por volta das 17 horas, começava o Período da Ordem do Dia, tendo sido votada a Recomendação final à Assembleia da República, os porta-vozes

apresentaram as suas declarações finais, fizeram os agradecimentos e, finalmente, a XII Sessão deste magnífico projecto foi encerrada pelo Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Foi, para mim, para as minhas colegas e para os meus conterrâneos, uma experiência muito agradável, divertida e culturalmente enriquecedora, pelo que todos estamos gratos.

